



CONEDU

Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

A CONSOLIDAÇÃO DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO: O CASO DO PRONATEC NA CIDADE DO RECIFE /PE

Thayane Maria Deodato Cavalcante – UFPE
(thyanedc@hotmail.com)

Lígia Batista de Oliveira – UFPE
(professoraligiaoliveira@yahoo.com.br)

Simone Andrade Rodrigues – UFPE
(simoneufpe@gmail.com)

1. INTRODUÇÃO

Com a reforma administrativa na década de 1990, que teve como marco principal o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995, o Estado inicia um movimento de transição de um modelo de administração “burocrática” para o “gerencial”. Este modelo tem redefinido o papel do Estado e mudado a forma de gerir e implementar as políticas educacionais que visa transformar o Estado produtor em regulador. O PDRAE (Brasil/MARE, 1995, p.16) aponta que “a diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados”.

A reforma levou o Estado a expandir para o terceiro setor a responsabilidade da execução de serviços públicos. O grande debate sobre a relação entre a esfera do público e a do privado é o de que estes são inversamente proporcionais, e esta constatação é geralmente acompanhada e complicada por juízos de valor contrapostos. (BOBBIO, 2007 p.14).

Assim, em 2004 é promulgada a Lei nº 11.079 que possibilita a criação das PPP's, que surgem como alternativa para suprir a falta estatal em determinados serviços indispensáveis para o crescimento econômico e social. Segundo Frigotto (2011), como a educação pública insere-se na esfera dos direitos, não pode estar subordinado à esfera privada do mercado.

Como exemplo recente das PPP's temos o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído pela Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011 que foi criado com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. O programa envolve um conjunto de iniciativas, dentre elas a Bolsa-Formação, que são repassadas a



instituições de ensino onde são ministrados os cursos. De acordo com o Pronatec:

São oferecidos cursos gratuitos nas escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino do SENAI, do SENAC, do SENAR e do SENAT, em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2011).

Esse programa emerge num momento em que se pode observar uma situação relativa, de baixo índice global de desemprego e contraditoriamente, milhares de vagas de trabalho não preenchidas. Deste modo, a qualificação profissional é compreendida como investimento econômico para o desenvolvimento dos processos produtivos e não como direito, resgatando o princípio da Teoria do Capital Humano (FRIGOTTO, 2011). Devido à necessidade de suprir esta demanda imediata o Pronatec é hoje um dos programas em maior expansão no país, por isso o escolhemos como exemplo da consolidação das parcerias. Portanto, o objetivo deste trabalho é discutir a dicotomia entre público e privado, utilizando como exemplo o caso da expansão da Educação Profissional em Recife a partir do Pronatec.

2. METODOLOGIA

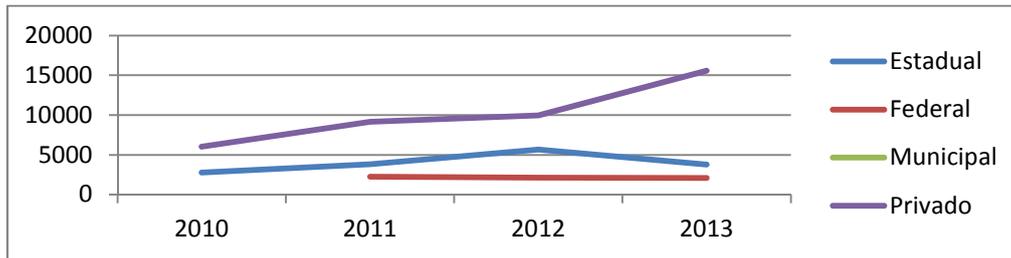
Neste trabalho realizamos uma análise quanti-qualitativa de um estudo de caso a partir do levantamento estatístico no banco de dados do INEP e do SISTEC. Realizamos um recorte dos anos mais expressivos, referente à expansão do número de matrículas e de escolas de educação profissional na cidade do Recife. Para possibilitar a análise dos dados, a princípio, faremos um levantamento de como surgiram às PPP's, que nos auxiliará na compreensão e realização de nossos objetivos. O trabalho de análise de dados segue as etapas de pré-análise a partir da transcrição de dados, leitura, exploração desses materiais e, por último, o tratamento dos resultados e interpretação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O crescimento do número matrículas de 2013 em relação a 2010 (antes do Pronatec) na rede privada foi de 258% (gráfico 1).



Gráfico 1: Evolução Matrícula na Educação Profissional em Recife



É possível perceber a partir dos dados do INEP (gráfico 1) o quanto as PPP's no Recife tem se expandido desde a criação do Pronatec. Esta realidade nos remete aos dois sentidos que a teoria do capital humano atribui à educação, no primeiro a teoria do desenvolvimento tem em vista uma educação em função do desenvolvimento econômico e social, servindo como instrumento para que o capital possa crescer; no segundo, teoria da educação acontece uma redução na função educacional, delimitando-se apenas a “ajustar requisitos educacionais e pré-requisitos de uma ocupação ao mercado de trabalho de uma dada sociedade” (FRIGOTTO, 2010, p.16), assumindo uma posição funcional de educação.

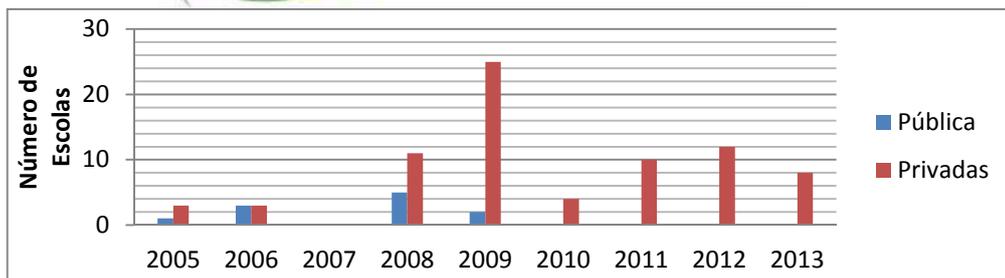
A educação neste sentido assume como principal função a de “educar para empregabilidade”, entendida como potencial para gerar produtividade, reduzida a uma questão puramente técnica e submetida aos desígnios do modo capitalista de produção (FRIGOTTO, 2010). O acesso da classe trabalhadora à formação, nos segmentos públicos ou privados, não é vista aqui como uma ação maléfica à população, mas que pode assumir este caráter quando serve apenas para garantir os interesses da lógica mercantil de desigualdade, reduzindo a educação a um fator de desenvolvimento econômico e de distribuição de renda que desqualifica a escola pública.

No gráfico 2 é possível observar que o maior crescimento das instituições privadas de Educação Profissional em Recife se deu em 2009, que coincide com o período de maior expansão de Suape. O que mostra uma diferença expressiva entre a expansão das Escolas Públicas e Privadas.

Gráfico 2: Evolução do Número de Instituições de Educação Profissional em Recife



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014



Este crescimento da oferta de instituições de educação profissional para atender as demandas da conjuntura socioeconômica expressas pelo Porto de Suape, especificamente na esfera privada nos remete aos conceitos elencados por BOBBIO (2007) para tentar explicar a dicotomia entre o público e o privado como uma antítese e com um significado valorativo.

O primado do público significa o aumento da intervenção estatal na regulação coativa dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos infra-estatais, ou seja, o caminho inverso ao da emancipação da sociedade civil em relação ao Estado, emancipação que fora uma das conseqüências históricas do nascimento, crescimento e hegemonia da classe burguesa (BOBBIO, 2007, p. 25).

As sociedades se transformam e se adaptam as necessidades do mercado. Estas transformações podem assumir duas faces, que Bobbio caracteriza como o processo de publicização do privado que “reflete o processo de subordinação dos interesses do privado aos interesses da coletividade representada pelo Estado que invade e engloba progressivamente a sociedade civil” (BOBBIO, 2010, p. 26). Acompanhado e complicado por o processo inverso da privatização do público que “representa a revanche dos interesses privados através das formações dos grandes grupos que se servem de aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos” (Idem, ibidem, p.26).

O autor caracteriza a esfera pública como a sociedade de iguais, uma sociedade política e a esfera privada como a sociedade de desiguais, uma sociedade essencialmente econômica. Neste sentido, o político assume um caráter diferente do econômico e o público perde substancialmente o sentido democrático. É a partir destas circunstâncias que se dá a consolidação das escolas privadas de educação profissional em Recife instituída pelo governo atual como política pública por meio do Pronatec, expressando a privatização



do público, a partir da inserção de organizações privadas executando políticas que seriam de responsabilidade do Estado.

3. CONCLUSÃO

Constatamos a partir dos levantamentos estatísticos expostos que a parceria publico-privada têm sido apresentada como uma desvantagem para o projeto emancipatório e liberal de educação, por considerar apenas a quantidade e desconsiderar a qualidade.

Diante da conjuntura atual se faz necessário retomar o debate da relação política, ideológica e econômica entre a educação e o trabalho. Garantindo a criação de novas políticas públicas para melhorar os serviços públicos e diminuir a execução privada, além de ampliar a discussão para analisar qual o real interesse destas instituições privadas em adentrarem ao público que detém o poder de “salvar” a educação.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. Estado, governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, DF: MARE, 1995.

BRASIL, Lei No 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm
Acessado em: 20.07.2014

BRASIL, LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011. Institui o programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/cursos-gratuitos.html> Acessado em: 25.07.2014

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Disponível em: <http://www.inep.gov.br> Acessado em: 30.07.2014

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica Disponível em: <http://sitesistec.mec.gov.br> Acessado em: 30.07.2014
